

**FURG****EBSEH**  
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA JÚNIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Rua Visconde de Paranaguá, nº 102 - Bairro Centro

Rio Grande-RS, CEP 96200-190

- <http://hu-furg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23764.022938/2025-19

## 1. OBJETIVO

1.1. O presente documento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestar, sob demanda, Serviços Comuns de Engenharia no ambiente hospitalar, incluindo material e mão de obra, para o HU-Furg**, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, situado na Av. Visconde de Paranaguá, nº 102, Centro, Rio Grande-RS.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns de engenharia.

1.3. O regime de execução do contrato adotado será o de contratação por **PREÇO UNITÁRIO**.

### 1.3.1. Da Justificativa para a Escolha da Contratação por Empreitada por preço unitário

1.3.2. Por se tratar de serviços comuns de engenharia sob demanda, no qual não é possível definir com precisão os quantitativos em seus itens orçamentários, devendo-se, conforme instrumentos legais, acórdãos e boas práticas de Engenharia, ser preferido o regime de execução de empreitada por preço unitário

1.3.3. Assim, atendendo ao Art. 120 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE), tanto a contratação integrada, quanto a semi-integrada não poderiam ser consideradas hipóteses viáveis, uma vez que os projetos serão desenvolvidos pela fiscalização, com detalhamento adequado e suficientemente alto para execução do objeto, não cabendo a recontração do mesmo e contratação de projeto executivo.

1.3.4. Para fins de embasamento legal da justificativa expressa, pode-se citar os incisos XXVIII e XXIX, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que trazem as seguintes definições:

[...] "XXVIII - **empreitada por preço unitário**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - **empreitada por preço global**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;" (Grifo nosso) [...]

1.3.5. A empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada.

1.3.6. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

1.3.7. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida.

1.3.8. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, desde que atendidas as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e da legislação vigente. A justificativa para a vigência do contrato ser de 24 meses está fundamentada no objetivo de tornar a contratação mais atrativa para as empresas, contribuindo, assim, para mitigar os riscos de uma eventual necessidade de realizar uma nova contratação do serviço em questão, além de atender aos princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

## 2. DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS

2.1. Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias;

- 2.2. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.3. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 2.4. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (apenas para os fins do art. 6º, § 2º, do RLCE 2.0); 2.1.5. Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH 2.0 (RLCE 2.0) – Resolução nº 155, de 28 de abril de 2022 do Conselho de Administração – aprovado em 28 de abril de 2022;
- 2.5. Instrução Normativa – SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.6. Instrução Normativa – SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental;
- 2.7. DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- 2.8. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) 2.1.10. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).
- 2.9. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015).

### **3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), desde sua criação por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é a responsável pela gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres na prestação de serviços de atenção à saúde com excelência. Conforme a Portaria nº 442, de 25 de abril de 2012, é uma das atribuições assumidas pela empresa normatizar e acompanhar as intervenções na infraestrutura física dos hospitais, com a responsabilidade de favorecer a formação profissional de qualidade e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.
- 3.2. O Hospital Universitário da FURG, caracteriza-se como um hospital geral de ensino público, que atende de forma integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por finalidade a formação profissional, desenvolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, dispondo de uma ampla área de apoio didático, administrativo e serviços assistenciais, com Ambulatórios, Farmácia Hospitalar, Laboratórios de Apoio e Diagnóstico, contando com aproximadamente 216 (duzentos e dezesseis) leitos operacionais de internação.
- 3.3. A justificativa para a contratação desses serviços ocorre em razão da necessidade de o HU-Furg dispor de soluções para a conservação de instalações prediais e para atender as demandas de pequenas adequações em sua área física, de forma que possam ser atendidas de maneira ágil, com qualidade e com os recursos materiais e humanos adequados. Este processo contempla ainda a substituição de trechos de instalações que já ultrapassaram sua vida útil, exigindo manutenções corretivas periódicas, acarretando gastos que não se justificam, considerando o estado de conservação das mesmas.
- 3.4. Da mesma forma, busca-se a viabilização de soluções conjugadas para as demandas que não são planejadas, através da garantia de atendimento em sequência início-meio-fim, evitando a possibilidade de desabastecimento de materiais necessários a execução dos serviços, uma vez que além da mão de obra necessária, são necessários também a disponibilização dos materiais/insumos e equipamentos voltados à execução dos serviços.
- 3.5. A contratação é essencial para atendimento das demandas dos setores/unidades, dada a avançada idade da edificação que demanda constantes manutenções, melhorias e/ou adequações, e devido as eventuais necessidades de modificação de layout dos ambientes, além dos serviços de empresas especializadas que são necessários para o bom funcionamento das instalações prediais.
- 3.6. As atividades que se pretende contratar são passíveis de terceirização, de acordo com os termos delineados no PARECER Nº 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSEH.
- 3.7. A contratação está alinhada com o planejamento estratégico do Hospital uma vez que as adequações dos espaços e as manutenções que necessitam de empresas especializadas poderão ser realizadas pela presente contratação.
- 3.8. Com a presente contratação, espera-se contribuir com o desenvolvimento das atividades-fim do Hospital, dando o suporte necessário em termos garantia do bom funcionamento de sua infraestrutura, o que se traduz em segurança à saúde não somente dos pacientes, mas também dos que exercem os serviços de saúde e serviços de apoio na instituição. Além disso, essa contratação visa a atender a requisitos normativos e de legislação relacionados à necessidade de adequações dos ambientes, sendo, portanto, uma contratação que se impõe como sendo imprescindível para a manutenção do status de legalidade de funcionamento do Hospital.

3.9. Dentro desses objetivos, a contratação se traduz em excelente custo-benefício para a Instituição - e, portanto, para a sociedade -, ao primar pela plena capacidade de funcionamento do Hospital, uma vez que a ausência das garantias obtidas com a execução desses serviços traria implicações negativas diretas no funcionamento do Hospital.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Tabela 1

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada para prestar, sob demanda, Serviços Comuns de Engenharia no ambiente hospitalar, incluindo material e mão de obra, para o HU-Furg	1627	Meses	24

4.2. A contratação tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de adequações e de adaptações de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, em consonância com o art. 6º, inciso XXI, alínea a da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

4.3. Os serviços a serem contratados estão em consonância com o art. 48 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constituindo atividades, materiais acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. A execução do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Este Termo de Referência, juntamente com seus anexos, é completo, adequado e suficiente para permitir a elaboração das propostas do certame licitatório e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.7. Apesar de se tratar da contratação de serviços comuns de engenharia, a contratação que se pretende está completamente detalhada, o que configura a desnecessidade de projeto executivo nesta etapa da contratação.

4.8. Não será apresentado nesta etapa do planejamento o cronograma físico-financeiro, tendo em vista que o objeto será executado sob demanda. Diante disso, não há como realizar um cronograma físico-financeiro, visto que não se tem conhecimento, de antemão, o momento e a quantidade que será empenhada.

4.9. Não há, portanto, como apresentar Projeto Executivo nesta etapa do planejamento, visto que não se tem conhecimento do que especificamente será demandado durante a vigência do contrato, em termos de local exato, quantidades e período necessário para a execução.

#### 5. VISTORIA TÉCNICA

5.1. Durante a fase procedimental licitatória a empresa poderá apresentar Termo de vistoria técnica assinado pelo responsável do HU-Furg, conforme modelo disponibilizado como anexo, comprovando que, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, a licitante vistoriou o local onde serão realizados os serviços, bem como de que detém todos os documentos necessários (Edital e seus anexos), e de que conhece os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, até o último dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação.

5.2. Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissional devidamente registrado no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria;

a) O representante, credenciado pela licitante para efetuar a vistoria deverá apresentar-se à DLIH- HUMRCJ/EBSERH (Divisão de Infraestrutura e Logística Hospitalar) munido da  
Termo de Referência - SEI 58472137 SEI 23764.022938/2025-19 / pg. 3

declaração de responsável técnico, ou autorização do responsável técnico, bem como de documento que comprove poderes de representação (contrato social ou procuração).

b) As visitas deverão ser agendadas, através do telefone (53) 3233-8857, com o Arquiteto Vitor Wawrick na Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar do HU FURG/EBSERH, situado à R. Gen. Canabarro, esquina com Gen. Osório, Centro, CEP: 96200-190, Rio Grande/RS, nos horários de 08:00h às 12:00h e 13:30h às 17:00h, de segunda-feira à sexta-feira.

5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5. Caso a empresa não realize a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

## 6. ÁREA ESTIMADA

6.1. Os serviços e adequações necessárias serão realizados na infraestrutura do HU-Furg que é composta por:

Tabela 2

LOCAL	ÁREA M²
HU	15.880,27
ANEXO HU - ÁREA ACADÊMICA	5.191,55
ANEXO HU - ADMINISTRATIVO	1.482,32
ANEXO ALMOXARIFADO E AMBULATÓRIOS	1.277,21

## 7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

7.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$2.151.868,67 (dois milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos)**, sendo tornado público em decorrência do critério de julgamento pelo Maior Desconto Global, nos termos do RLCE 2.0.

7.2. A taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) encontra-se discriminada nos anexos deste projeto básico.

## 8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

8.1. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações da ABNT), sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim como, não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.2. Em todos os serviços, deverão ser observadas rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados, quanto ao método executivo e às ferramentas apropriadas a empregar.

8.3. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, submeter com antecedência à apreciação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados na obra, podendo ser danificadas no processo de verificação.

8.4. Dessa forma, não serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO, os serviços executados com materiais diferentes dos anteriormente aprovados ou estejam em desacordo com as Especificações Técnicas da obra.

8.5. A empresa CONTRATADA é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual EPI.

## 9. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

9.1. A planilha com a descrição sintética dos itens objeto deste Termo de referência consta no Anexo A deste termo.

9.2. Em casos que insumos e serviços NÃO estejam contemplados na descrição fornecida pela CONTRATANTE, poderá ser utilizada tabela SINAPI referente ao mês vigente, ou referências de composições do HU-Furg, ou dos órgãos DNIT, ou sistemas SEOP/PR, ORSE ou em último caso, pesquisa de mercado utilizando-se de, pelo menos, três orçamentos.

9.2.1. As execuções destes itens somente poderão ocorrer após a aprovação da Equipe de Fiscalização do Contrato e da administração do HU-Furg.

9.2.2. Deverão ser elaborados pela CONTRATANTE, levantamento de custos baseada na tabela SINAPI para cada ordem de serviço solicitada.

9.2.3. Nos casos de pesquisa de mercado, a CONTRATADA deverá apresentar Pesquisa de Preço, visando a aplicação dos serviços especializados.

9.2.4. A pesquisa de preço deverá ser apresentada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a data de indicação da necessidade de aplicação de serviço especializado.

9.2.5. Caso não seja possível o atendimento no prazo previsto, devido as características técnicas do serviço, restrições de mercado ou outra causa relevante, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal com as comprovações formais das tentativas de contato com potenciais fornecedores, e solicitar um novo prazo para a apresentação da pesquisa de preços, ficando a critério da CONTRATANTE conceder ou não o aumento de prazo.

### 9.3. **Local de Execução dos Serviços**

9.3.1. Os serviços serão executados nas instalações do Hospital Universidade Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG/Ebserh), localizado Rua Visconde de Paranaguá, 102 - Centro, Rio Grande - RS, 96200-190.

### 9.4. **Periodicidade da Execução dos Serviços**

9.4.1. A execução dos serviços se dará sob demanda, sem periodicidade definida.

9.4.2. Será paga à contratada somente a quantidade de serviços efetivamente prestados e validados em cada medição.

### 9.5. **Sobre os profissionais que executarão os serviços**

9.5.1. É expressamente proibida a circulação de profissionais sem identificação nas dependências do HU-Furg.

9.5.2. É vedado ao preposto e encarregado o não cumprimento de solicitação e/ou orientação da equipe de fiscalização do contrato, bem como o não repasse das orientações recebidas aos prestadores de Serviço.

9.5.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniforme completo aos seus empregados.

9.5.4. Os profissionais deverão utilizar métodos, ferramentas, equipamentos adequados na execução dos serviços, bem como e usar uniforme e EPI's adequados.

### 9.6. **Sobre materiais equipamentos e instrumentos**

9.6.1. A conservação, seguro e guarda dos Equipamentos, Ferramentas e Instrumentos é de responsabilidade da CONTRATADA.

9.6.2. Todos os instrumentos de medição deverão ser calibrados periodicamente ou quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

9.6.3. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de calibração.

9.6.4. A calibração deverá ser executada em laboratório credenciado, pertencente à rede nacional de calibração do Inmetro com a apresentação de certificado à FISCALIZAÇÃO.

9.6.5. Todo o transporte (vertical e horizontal) de material ou pessoal, que se fizer necessário para a execução dos serviços, ficará a cargo da CONTRATADA.

9.6.6. O HU-Furg deverá fornecer a água e energia elétrica, sendo que as extensões até o ponto de uso serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.6.7. Os materiais inflamáveis só poderão ser armazenados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

9.6.8. Será necessário comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição.

## 9.7. **Demolições/Remoções**

9.7.1. Após uma rigorosa inspeção, a Contratada deverá verificar os cuidados a serem tomados para não haver danos durante a remoção de todo o material ou instalações economicamente reaproveitáveis, tais como, caixilhos, portas, fiações elétricas e outros.

9.7.2. Os materiais e equipamentos removidos serão transportados até os locais de armazenamento indicados pela Fiscalização.

9.7.3. Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção da edificação, as condições das construções da edificação e as condições das construções vizinhas.

9.7.4. A CONTRATADA deverá seguir as instruções do POP de Prevenção de infecções relacionadas a construção civil, anexo XIV.

## 9.8. **Sobre a execução dos serviços**

9.8.1. A contratada deverá dispor de pessoal técnico especializado, devidamente capacitado e treinado compatível com o serviço a ser realizado.

9.8.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços em tempo hábil, de acordo com o cronograma. Não serão aceitas justificativas para atraso ou paralisação dos serviços devido à falta de materiais ou equipamentos.

9.8.3. Quando houver exigência de marcas, produtos e especificações será admitido uso de similares, se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

9.8.4. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

9.8.5. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados.

9.8.6. Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao Fiscal Técnico.

9.8.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva necessários à execução dos serviços, devendo manter registro de entrega nominal a cada funcionário.

9.8.8. O controle da qualidade e o uso adequado, bem como a guarda desses é de sua responsabilidade.

9.8.9. Nenhum trabalho adicional ou modificação de projeto fornecido pelo HU-Furg será efetivado pela contratada sem a prévia e expressa autorização por escrito da fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.

9.8.10. Todo e qualquer dano aos prédios e patrimônio do HU-Furg, causado em virtude dos serviços executados, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta providenciar sua recuperação e/ou reposição.

9.8.11. Danos que podem se agravar devem ser recuperados imediatamente, por exemplo, vazamentos de água, potencial curto-circuito, instabilidades com ameaça de desabamento ou de quebra de fragmentos, situações potenciais de risco alto.

9.8.12. O cronograma físico será responsabilidade da CONTRATANTE, de modo a ser avaliado previamente os impactos das programações de paradas de equipamentos e de atividades do Hospital.

9.8.13. Uma vez definido o cronograma e iniciada a atividade a ocorrência de fatos excepcionais e imprevisíveis os pedidos de prorrogação de prazo serão encaminhados por escrito à Fiscalização do contrato, 01 (um) dia após o evento, com justificativa circunstanciada.

9.8.14. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, anexo V deste instrumento.

## 10. **GARANTIA DO SERVIÇO**

10.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia mínima de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão de Termo de Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE, conforme preconiza o Código Civil, art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

10.2. Deverá a CONTRATADA substituir, dentro do período de garantia, objetos que venham a apresentar

falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para a CONTRATANTE;

10.3. A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto, em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

## **11. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

11.1. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

11.2. O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

11.3. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. UASG 155908 Estudo Técnico Preliminar 99/2023 4 de 10.

11.4. No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

11.5. Utilização de materiais impermeabilizantes que possuam o atributo de isolar termicamente a edificação.

11.6. Para a execução do objeto não é necessário licenciamento ambiental prévio, na forma das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n.º 001/1986 e n.º 237/1997 e da Lei n.º 6.938/1981.

11.7. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## **12. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

12.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

12.2. O contrato terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado desde que atendidas as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e legislação vigente.

12.3. O prazo de execução de cada ordem de serviço será definido pela fiscalização.

12.4. A ordem de serviço será considerada concluída somente após a emissão do termo de recebimento definitivo emitido pela CONTRATANTE.

12.5. A FISCALIZAÇÃO receberá a ordem de serviço provisoriamente, constatando a qualidade dos serviços prestados.

12.6. Será verificado o funcionamento de todas as instalações e serviços, ficando a cargo da CONTRATADA a substituição de qualquer item considerado insuficiente ou em desacordo com o especificado pela CONTRATANTE.

12.7. A data prevista para início da vigência do Contrato é imediatamente após a assinatura do contrato entre o HU e a licitante.

12.8. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

12.9. A critério da Ebserh, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no subitem anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

12.10. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o artigo 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

### **13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **13.1. INÍCIOS E PRAZOS:**

13.1.1. A data de início da execução de cada serviço será definida pela FISCALIZAÇÃO com a emissão da ordem de serviço, após a apresentação de todas as licenças, alvarás e documentos necessários para execução da mesma. Não havendo garantia de início imediato à celebração do contrato.

13.1.2. O prazo para início dos serviços é de 20 dias corridos, a partir do recebimento, pela contratada, de cada Ordem de Serviços, a qual será enviada via e-mail, sendo que a documentação pertinente para a execução da OS deve ser encaminhada no décimo dia, sob pena de multa. A critério do HU-Furg, prazo maior poderá ser definido.

13.1.3. Deverá constar, junto aos documentos apresentados para autorização de início da execução da ordem de serviço, as documentações citadas no item 13.8 referentes ao cumprimento dos requisitos legais dispostos nas normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE.

13.1.4. A CONTRATADA deverá garantir atendimento técnico em prazo compatível com a natureza dos serviços, devendo:

13.1.4.1. Atender solicitações emergenciais ou corretivas em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal pela fiscalização;

13.1.4.2. Atender demandas não emergenciais em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo prazo diverso acordado com a fiscalização.

13.1.5. O acionamento da CONTRATADA se dará por meio de e-mail institucional, telefone ou outro canal formal definido na reunião inicial do contrato, devendo a empresa manter meios de comunicação ativos e atualizados durante toda a vigência contratual.

13.1.6. Os prazos estabelecidos de até 24 (vinte e quatro) horas para demandas emergenciais e de até 48 (quarenta e oito) horas para demandas não emergenciais (itens 13.1.4.1 e 13.1.4.2) caracterizam critérios mínimos de resposta, destinados a evitar a descontinuidade da comunicação e o desamparo da fiscalização.

#### **13.2. INSTALAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRA**

13.2.1. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela construção, operação, manutenção e limpeza do Canteiro de Obra, bem como a segurança patrimonial dessas instalações, mantendo-as em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, de modo a prevenir a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

13.2.2. O canteiro de obras será exigido apenas para as ordens de serviço de maior valor, conforme a natureza e a complexidade dos serviços a serem realizados.

13.2.3. Deverá, ainda, armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e não obstruir portas e saídas de emergência, bem como impedir acesso aos equipamentos de combate a incêndio.

13.2.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção contra incêndio no canteiro de obras, bem como pelas devidas instruções de treinamento e utilização dos mesmos em situações de emergência e organização e manutenção do correspondente esquema de prevenção e combate a incêndios.

13.2.5. As instalações da CONTRATADA relativas ao Canteiro de Obras ocuparão a área a indicada pela FISCALIZAÇÃO; As instalações do Canteiro de Obras deverão ser executadas de forma a se obter edificações de bom aspecto e deverão conter somente as edificações absolutamente necessárias para atender aos serviços previstos.

13.2.6. A instalação da ligação provisória de energia elétrica deverá ser planejada e executada pela CONTRATADA.

13.2.7. Os sanitários a serem utilizados são os internos do HU, destinados ao uso de empresas terceirizadas.

13.2.8. A CONTRATADA será responsável pela organização e boa ordem dos trabalhos. Estará obrigada a observar todas as prescrições da FISCALIZAÇÃO neste sentido.

13.2.9. Em caso de greve caberá à CONTRATADA solicitar intervenção das autoridades, se for o caso, para manutenção da ordem no canteiro e proteção dos trabalhadores dispostos a continuar o trabalho.

13.2.10. A CONTRATADA é inteiramente responsável pelos serviços médicos, assistenciais, seguros, indenizações e demais obrigações decorrentes da legislação vigente, devidos aos empregados acidentados no canteiro.

13.2.11. A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, assim como as Normas de Segurança.

13.2.12. O armazenamento dos equipamentos e materiais necessários aos serviços de campo, assim como seu controle e guarda, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

### 13.3. **DIVERGÊNCIAS ENTRE DOCUMENTOS DO PROJETO DE ENGENHARIA**

13.4. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos do projeto de engenharia, fica estabelecido que:

13.4.1. Em caso de divergência entre as especificações de serviços e os desenhos do projeto, prevalecerão sempre as primeiras.

13.4.2. Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras.

13.4.3. Em caso de divergência entre as Planilhas de Serviços e Preços e as Especificações dos Serviços, prevalecerão sempre as primeiras, desde que aprovadas pelo fiscal de contrato.

13.4.4. Em caso de divergência entre os desenhos de escala diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala (por exemplo: prevalecerá o desenho em escala 1:5 sobre o desenho em escala de 1:100).

13.4.5. Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre as mais recentes.

13.4.6. Em caso de divergência entre as plantas e a situação encontrada "in loco" (reforma de edificações), que acarrete em modificações perceptíveis no projeto, esta deverá ser comunicada a FISCALIZAÇÃO antes de sua execução.

13.4.7. Para todos os efeitos a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada antes de qualquer tomada de decisão quanto as possíveis divergências, e caberá a mesma a decisão, após consulta ao respectivo responsável técnico pela elaboração do documento, sobre o que prevalecerá.

### 13.5. **HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DA OBRA**

13.5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em jornada normal de trabalho e, a critério da FISCALIZAÇÃO, deverá alterá-la sempre que alguma atividade do HU assim o requerer. Tal alteração deverá sempre ser precedida de comunicação prévia por parte da FISCALIZAÇÃO.

### 13.6. **DIÁRIO DE OBRAS**

13.6.1. O Diário de Obras é o livro, fornecido pela CONTRATADA, que deve ser mantido, permanentemente, em seu escritório de campo e onde serão anotadas, diariamente:

13.6.1.1. As informações do andamento das obras e serviços, contemplando no mínimo:

- Número de funcionários e de equipamentos;
- Condições de trabalho, condições meteorológicas;
- Serviços executados;
- Registro de ocorrências;
- Fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- As ordens, observações e informações da FISCALIZAÇÃO;
- Observações e comunicações da CONTRATADA.

13.6.2. As folhas do Diário serão numeradas seguidamente e deverão conter os nomes da CONTRATADA e do HU-Furg, o número do Contrato, o número do Diário e a data das anotações, e deverão

ser rubricadas diariamente pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.

### **13.7. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA DA CONTRATADA:**

13.7.1. A CONTRATADA deve possuir Responsável Técnico junto ao CREA e/ ou CAU e possuir equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados e experientes nas suas áreas de atuação.

13.7.2. A CONTRATADA deverá designar responsável técnico ou encarregado para acompanhamento e coordenação dos serviços, o qual deverá comparecer ao Hospital Universitário sempre que houver frentes de serviço em execução, garantindo o adequado comando da equipe, o cumprimento das ordens de serviço e o alinhamento com a fiscalização.

13.7.2.1. Não será admitida a execução de serviços sem a presença de responsável designado, salvo autorização expressa da fiscalização.

13.7.2.2. O não atendimento a esta determinação implicará paralisação dos serviços por parte da CONTRATANTE, e a CONTRATADA será notificada do descumprimento contratual.

13.7.2.3. A exigência de presença de responsável técnico ou encarregado durante a execução dos serviços tem por finalidade garantir o adequado comando das equipes e a correta orientação técnica dos trabalhos, prevenindo a execução descoordenada de serviços e situações de paralisação decorrentes de ausência de supervisão.

13.7.3. A CONTRATADA deverá emitir e entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica junto ao conselho responsável pela execução das obras/ serviços contratados;

13.7.4. O HU poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional do canteiro de obras desde que verificada a sua incompetência para execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta nociva a boa administração do canteiro. A substituição de qualquer profissional será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

### **13.8. REQUISITOS QUANTO À SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO**

13.8.1. A CONTRATADA deverá atender na íntegra as exigências do Procedimento Operacional Padrão (ANEXO XIV) que trata das questões de Saúde e Segurança no Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviço de Mão de Obra (POP.DGP.055).

13.8.1.1. Atividade 1: Procedimentos antes do início da prestação dos serviços

13.8.1.1.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.1.2. Prazo: até 7 dias antes do início da prestação dos serviços.

13.8.1.1.3. Atividades:

- Reunir-se com o gestor do contrato e com a equipe técnica da USOST, a fim de receber as orientações referentes às exigências e procedimentos de SST, bem como assinar o Termo de conhecimento e aceite (Anexo II do POP.DGP.055), que será posteriormente encartado ao processo de fiscalização pelo gestor/fiscal do contrato.
- Dar ciência do conteúdo deste POP aos seus trabalhadores.
- Encaminhar à USOST cópia da documentação relacionada no Anexo I do POP citado acima, observando os prazos estabelecidos.
- Providenciar a devida identificação dos seus trabalhadores.

13.8.1.2. Atividade 2: Realização e apresentação do ASO e carteiras de vacinação

13.8.1.2.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.2.2. Prazo: até 7 dias antes do início da prestação dos serviços.

13.8.1.2.3. Atividades:

- Apresentar os ASO atualizados de todos os trabalhadores terceirizados em exercício no HUF, conforme periodicidade definida na NR-07 e em seu PCMSO.
- Apresentar as carteiras de vacinação de todos os trabalhadores terceirizados em exercício no HUF, conforme estabelecido na NR-32. Informar ao gestor e/ou fiscal do contrato a relação dos empregados considerados inaptos, se houver.

13.8.1.2.4. Nota: Para atividades especiais, tais como eletricidade, trabalho em altura, espaço confinado, operação de equipamentos de elevação e transporte de materiais, trabalhos em caldeiras e/ou vasos de pressão, o ASO deve indicar a aptidão específica do trabalhador para a execução do serviço.

13.8.1.3. Atividade 3: Constituição de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)

13.8.1.3.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.3.2. Prazo: imediatamente após assinatura do contrato.

#### 13.8.1.3.3. Atividades:

- Constituir e registrar SESMT, conforme NR-04.
- Interagir com a USOST para integração de ações em SST.

#### 13.8.1.4. Atividade 4: Fluxo de emergências e Comunicação de Acidentes de Trabalho

13.8.1.4.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.4.2. Prazo: durante toda a vigência do contrato.

#### 13.8.1.4.3. Atividades:

- Apresentar, em até trinta dias após assinatura do contrato, o fluxo de ações a ser seguido em situações de emergência, detalhando os procedimentos e indicando os responsáveis por sua execução, conforme Anexo XII do POP supracitado.
- Comunicar imediatamente ao gestor e/ou fiscal do contrato e à USOST todo e qualquer incidente ou acidente de trabalho, apresentando a devida comprovação dos procedimentos adotados.
- Garantir a avaliação médica do trabalhador acidentado, a investigação do acidente e a definição das medidas corretivas e preventivas cabíveis, devendo ainda emitir CAT no prazo legal e encaminhar cópia ao gestor e/ou fiscal do contrato e à USOST em até 2 (dois) dias úteis.

13.8.1.5. Nota1: Em caso de acidente envolvendo material biológico e/ou perfurocortante, o protocolo estabelecido pelo HUF deverá ser rigorosamente seguido. Nota2: A empresa prestadora de serviços de mão de obra deve garantir condições adequadas que permitam a qualquer integrante de sua equipe reportar ao HUF eventuais situações que representem riscos à segurança e à saúde das pessoas.

#### 13.8.1.6. Atividade 5: Instituição de CIPA

13.8.1.6.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.6.2. Prazo: em até sessenta dias após assinatura do contrato.

#### 13.8.1.6.3. Atividades:

- Instituir Cipa, conforme NR-05, considerando o grau de risco 3, no caso de serviço em HUF.

13.8.1.6.4. Nota: A empresa fica dispensada da constituição da Cipa quando a prestação de serviços na Ebserh tiver duração de até 180 dias. Participar, sempre que convidada, das reuniões da Cipa da Ebserh. Disponibilizar documentação relativa à Cipa, sempre que solicitada pela Ebserh.

#### 13.8.1.7. Atividade 6: Elaboração e apresentação do PGR

13.8.1.7.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.7.2. Prazo: em até trinta dias após assinatura do contrato.

#### 13.8.1.7.3. Atividades:

- Apresentar PGR nos termos da NR-01, contemplando os riscos identificados nas dependências do HUF, de forma integrada com o PGR do HUF.
- Apresentar atualizações do PGR, sempre que estas se fizerem necessárias.
- Elaborar inventário de riscos ou PGR específico em conformidade com a NR-18, em caso de serviço de construção civil.

#### 13.8.1.8. Atividade 7: Elaboração e apresentação de PCMSO

13.8.1.8.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.8.2. Prazo: em até trinta dias após assinatura do contrato.

#### 13.8.1.8.3. Atividades:

- Apresentar PCMSO, com base na avaliação de riscos do PGR, de forma a integrarem-se, conforme determinam as NR-07, NR-09 e NR-32.

#### 13.8.1.9. Atividade 8: Elaboração e apresentação de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)

13.8.1.9.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.9.2. Prazo: em até trinta dias após a assinatura do contrato.

#### 13.8.1.9.3. Atividades:

- Apresentar LIP e LTCAT, em conformidade com as NR-15 e NR-16, e em atendimento à Lei nº8.213/1991 e Decreto nº 3.048 /1999, respectivamente.

13.8.1.9.4. Nota1: Os laudos deverão ser elaborados e assinados por profissionais competentes

pertencentes ao quadro de trabalhadores(as) terceirizados(as) ou contratados(as) pela empresa prestadora de serviços de mão de obra. Nota2: Quando forem elaborados por Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho, é necessária a apresentação de ART ou RRT.

#### 13.8.1.10. Atividade 9: Organização do trabalho e documentação

13.8.1.10.1.Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.10.2.Prazo: durante toda a vigência do contrato.

13.8.1.10.3.Atividades:

- Manter atualizada a documentação relativa à SST de seus(suas) trabalhadores(as). Apresentar, sempre que solicitado: a) Relação de todos os(as) trabalhadores(as) em atividade no HUF; b) Comprovante de comunicação prévia de obras registrada no sistema informatizado da Secretaria de Inspeção do Trabalho, quando couber.

#### 13.8.1.11. Atividade 10: Procedimentos antes do início da prestação dos serviços

13.8.1.11.1.Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra.

13.8.1.11.2.Prazo: antes do início da prestação dos serviços de atividade técnica.

13.8.1.11.3.Atividades:

- Fornecer, treinar e exigir de seus(suas) trabalhadores(as) o uso dos EPI necessários ao desempenho das atividades, conforme o tipo de serviço prestado, devendo comprovar a entrega e orientação por meio de fichas de controle, as quais deverão permanecer disponíveis no local de execução das atividades.
- Dispor de ferramentas e equipamentos adequados e compatíveis com a atividade técnica executada, em perfeitas condições de segurança e funcionamento.
- Elaborar APR identificando todos os riscos envolvidos nas atividades e propondo as medidas cabíveis para a execução segura dos trabalhos, devendo encaminhar à USOST uma cópia devidamente preenchida e assinada.

### 13.9. **NORMAS**

13.9.1. Para a prestação dos Serviços Contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender as normas da ABNT, ou Normas Estrangeiras pertinentes, além das legislações de âmbito federal, estadual, e municipal vigentes, incluindo-se as de caráter ambiental e de preservação e proteção cultural.

13.9.2. Na inexistência de Normas Nacionais correspondentes, sempre com a aprovação da CONTRATANTE, poderão ser aceitas outras Normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado.

13.9.3. Não é obrigação da CONTRATANTE o fornecimento de qualquer norma ou legislação, exceto suas Normas Internas, as quais a CONTRATANTE também ficará submetida durante a realização dos serviços.

### 13.10. **PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADES ALHEIAS**

13.10.1. A CONTRATADA deverá tomar cuidado na execução da obra, para evitar prejuízos, danos ou perdas, em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.

13.10.2. A CONTRATADA será responsável por qualquer prejuízo, dano ou perda a propriedades que resulte de suas operações.

13.10.3. A CONTRATADA deverá reparar substituir ou restaurar qualquer bem ou propriedade que for prejudicada, ou julgada danificada ou perdida, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior. A CONTRATADA executará reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da CONTRATANTE. Caso estas providências não sejam efetuadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, por sua livre escolha, fazer com que a reparação, substituição, restauração ou conserto seja executado por terceiros, caso em que as despesas daí advindas serão deduzidas dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

13.10.4. A CONTRATADA deve tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou benfeitorias que possam afetar suas operações, quer constem ou não nos documentos fornecidos na licitação.

### 13.11. **QUALIDADE E GARANTIA**

13.11.1. A liberação dos projetos pela CONTRATANTE não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a à todas as penalidades da legislação em vigor.

### 13.12. **CRONOLOGIA DA EXECUÇÃO**

13.12.1. Antes da emissão da Ordem de Serviço, o HU encaminhará à CONTRATADA a previsão dos serviços a serem executados, a fim de que esta avalie o prazo necessário para cada etapa e apresente o respectivo cronograma.

13.12.2. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de execução dentro do prazo estipulado pelo HU. Tal cronograma servirá exclusivamente para definição da sequência e prazos estimados.

13.12.3. Após a análise e aprovação do cronograma pelo fiscal técnico, o HU emitirá a Ordem de Serviço autorizando o início da execução.

13.12.4. A CONTRATADA poderá solicitar a alteração da cronologia da execução ou da metodologia de execução do serviço, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação, devendo esta solicitação ser analisada pelo fiscal técnico e responsável técnico pelo projeto, autorizando ou impedindo tal alteração.

## **14. MODELO DE GESTÃO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **14.1. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

14.1.1. A gestão do contrato será realizada pelo Setor de Infraestrutura Física, que designará o respectivo gestor do contrato.

14.1.2. A equipe de fiscalização contratual e a empresa CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões presenciais de trabalho com o preposto, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

14.1.3. A empresa contratada deverá indicar preposto, aceito pela Ebserh, para representá-la durante a execução do contrato.

14.1.4. Após a assinatura do Termo de Contrato será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços contratados.

14.1.5. A pauta dessa reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa, pelo representante legal da Contratada, designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. Além disso, informações sobre a prestação dos serviços e expectativas estabelecidas no Projeto e no contrato serão objeto de informe na citada reunião.

### **14.2. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

14.2.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento as ordens de serviço efetivamente executadas pela CONTRATADA e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

14.2.2. O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

14.2.3. Os pagamentos serão proporcionais ao atendimento das metas de desempenho e qualidade estabelecidas.

14.2.4. A medição dos serviços será elaborada pela CONTRATADA, através de planilhas de medições, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, tomando por base as especificações, os projetos e o cronograma.

14.2.5. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento, inclusive critérios de medição e pagamento.

14.2.6. Os serviços serão medidos de acordo com as unidades constantes no orçamento.

14.2.7. A medição dos serviços, elaborada pela CONTRATADA, serão avaliadas pelos fiscais de contrato utilizando as prerrogativas contratuais, os parâmetros estabelecidos no orçamento, caderno de encargos e projetos, juntamente com o resultado dos diversos instrumentos avaliativos aplicados na execução do contrato, sendo excetuado do pagamento todas as infrações cometidas pela CONTRATADA no período.

14.2.8. A CONTRATANTE, de posse dos requisitos expostos no presente documento e seus anexos, utilizará de Instrumento de Medição de Resultados, no intuito de avaliar a CONTRATADA durante a execução do objeto, utilizando para isso os seguintes indicadores:

14.2.8.1. Prazo para realização do serviço;

14.2.8.2. Realização do serviço seguindo os padrões pré-estabelecidos;

14.2.8.3. Registro diário das ocorrências em diário de obras e “as built”;

14.2.8.4. Atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho; e

14.2.8.5. Critérios de sustentabilidade adotados.

14.2.9. A utilização dos formulários de inspeção/avaliação anexo deste projeto, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de inspeção/avaliação relativos à aferição do cumprimento das cláusulas contratuais, e em cumprimento às disposições relativas às condições de saúde e segurança do trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções.

15.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida.

15.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

15.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

15.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

15.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

15.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

15.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

15.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

15.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

15.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

15.11. Exigir da CONTRATADA que providencie, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, de 28/04/2022, e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto.

15.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

15.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

15.14. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do

Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

15.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução

15.16. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo da ordem de serviço, quando for o caso:

15.16.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

15.16.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

15.16.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

15.16.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

15.16.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

15.16.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 76 da Lei nº 13.303/16 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigações	Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento
16.1. Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e ordem de serviço, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas necessárias.	4
16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.	2
16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução da ordem de serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Ebserh, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.	3
16.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.	5
16.5. Empregar na execução dos serviços, mão de obra treinada, qualificada e capacitada para realização das atividades, em conformidade com as normas e determinações em vigor.	1
16.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.	2
16.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:  1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.	3

16.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.	2
16.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.	2
16.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.	2
16.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.	2
16.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.	2
16.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.	1
16.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico no prazo determinado.	3
16.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.	3
16.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.	2
16.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.	3
16.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	3
16.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.	3
16.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.	4
16.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.	3
16.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.	3
16.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia	

adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.	3
16.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE.	3
16.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.	1
16.26. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.	1
16.27. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.	2
16.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE.	1
16.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido.	1
16.30. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.	3
16.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.	1
16.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.	3
16.33. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs. 6.496/77 e 12.378/2010).	3
16.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.	3
16.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto técnico responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.  16.35.1. Juntamente com o registro diário no Diário de Obras, a CONTRATADA se obriga a registrar no mesmo dia, qualquer alteração de projeto no respectivo "as built".	3
16.36. Apresentar, enquanto houver frente de trabalho ativa, um planejamento semanal detalhado das atividades a serem executadas, contendo cronograma, equipe alocada, equipamentos previstos, etapas críticas, interferências potenciais e demais informações necessárias ao adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo ser encaminhado à Contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início da semana de trabalho.	3
16.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	3
Termo de Referência - SEI 58472137 SEI 23764.022938/2025-19 / pg. 17	

<p>16.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:</p> <p>a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;</p> <p>b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:</p> <p>I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;</p> <p>II - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>III - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;</p> <p>IV - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.</p> <p>a) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;</p> <p>b) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.</p>	3
<p>16.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:</p> <p>16.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;</p> <p>16.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;</p> <p>16.39.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.</p>	3
<p>16.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;</p> <p>16.40.1. A CONTRATADA também será responsável pelos danos causados ao HU e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão.</p>	5
<p>16.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela</p>	

FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.	3
16.42. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;	3
16.43. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.	2
16.44. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva de CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.	4
16.45. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.	3
16.46. A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, incluindo todas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE, em especial às citadas a seguir:  NR 06: Equipamento de proteção individual;  NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;  NR 12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;  NR 18: Condições e Meio ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;  NR 33: Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; e  NR 35: Trabalho em Altura.	4
16.47. Garantir que seja vedado o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras, sem que estejam assegurados pelas medidas previstas na NR 18 e compatíveis com as fases de cada ordem de serviço.	3
16.48. Fornecer, quando solicitada, esclarecimentos e informações técnicas à contratante, acerca do serviço a ser executado por escrito, bem como todas as medidas de segurança que serão adotadas para realização dos mesmos.	2
16.49. Receber visitas da equipe de saúde e segurança do trabalho da contratante, prestando todas as informações necessárias solicitadas.	1
16.50. A CONTRATADA deverá por ocasião da realização de serviços que envolvam instalações elétricas e serviços com eletricidade cumprir os ditames da NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, mormente no que diz respeito à capacitação, habilitação, e qualificação contínuas dos seus profissionais que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade no âmbito da obra em epígrafe.	4

## 17. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

17.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

17.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## **18. EMPRESAS EM CONSÓRCIOS**

18.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes exigências:

18.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, no qual constem, no mínimo, a identificação das empresas participantes e o objeto do consórcio.

18.3. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh, respondendo pela interlocução com a Administração durante o procedimento de seleção e, se vencedora, durante a execução contratual.

18.4. Admissão, para fins de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos comprovados por cada empresa consorciada, bem como, para fins de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores apresentados por cada consorciada.

18.5. Demonstração, pelo consórcio, do atendimento aos índices contábeis exigidos neste Edital, por meio do somatório dos valores de cada empresa consorciada, na proporção de sua respectiva participação, acrescido de 10% (dez por cento), para fins de qualificação econômico-financeira.

18.6. Quando o consórcio for composto integralmente por microempresas e/ou empresas de pequeno porte, não será exigido o acréscimo percentual previsto na alínea anterior para fins de qualificação econômico-financeira.

18.7. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na fase de Gestão do Contrato.

18.8. Constituição e registro formal do consórcio, antes da celebração do contrato, nos termos da legislação vigente.

18.9. A substituição de empresa consorciada somente será admitida mediante prévia e expressa autorização da Ebserh, condicionada à comprovação de que a empresa substituta possui, no mínimo, os mesmos quantitativos exigidos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores exigidos para fins de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para a habilitação do consórcio.

## **19. SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Será permitida a subcontratação de parte do objeto, desde que:

- 19.1.1. O percentual contratado não ultrapasse 50% do valor total da ordem de serviço;
- 19.1.2. A subcontratação seja previamente aprovada pela Contratante;
- 19.1.3. A subcontratada atenda aos mesmos requisitos técnicos, jurídicos e fiscais exigidos da contratada principal.
- 19.1.4. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.
- 19.2. Poderão ser aceitas subcontratações específicas e estritamente necessárias para a entrega das demandas por serviços de engenharia, desde que com o aval da Fiscalização, que deverá avaliar se a subcontratação do serviço é pertinente em termos de solução técnica e de logística, garantindo a boa execução e o cumprimento dos prazos contratuais.
- 19.3. A subcontratação poderá ser utilizada, por exemplo, para serviços técnicos especializados de climatização, gases medicinais, elétrica e cabeamento estruturado (telecomunicações) que não sejam a atividade principal da empresa de construção civil.
- 19.4. A CONTRATADA deverá apresentar solicitação formal de subcontratação à fiscalização, com as devidas justificativas, para os casos descritos acima.
- 19.5. A empresa subcontrata deverá atender a todos itens do ETP e termo de referência.
- 19.6. A admissão de subcontratação parcial da solução, não implica em prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à(s) subcontratada(s) todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução.
- 19.7. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE, antes do início das atividades de cada OS, a documentação dos subcontratados referente às condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.8. Para os serviços subcontratados do GRUPO II - Serviços de Mecânica (climatização e gases medicinais), deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a documentação do respectivo Responsável Técnico legalmente habilitado, com comprovação de vínculo com a empresa subcontratada, bem como o devido registro no conselho profissional competente.
- 19.9. Para os serviços subcontratados do GRUPO IV - Serviços de Infraestrutura de Telecomunicações (cabeamento estruturado e sistemas correlatos), deverá ser apresentada, igualmente, a documentação do Responsável Técnico da área, com comprovação de vínculo com a empresa subcontratada, habilitação profissional e registro no conselho profissional competente.
- 19.10. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de execução do objeto, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.
- 19.11. Durante o período da subcontratação, a(s) subcontratada(s) deverá(ão) manter vigentes as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.
- 19.12. A substituição pela CONTRATADA do(s) eventual(ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 19.13. A CONTRATADA deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.
- 19.14. Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.
- 19.15. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a orientação, supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **20. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 20.1. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designada formalmente Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.
- 20.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis e necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

20.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

20.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

20.5. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste termo de referência.

20.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

20.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

20.8. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), Anexo V, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.8.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

20.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

20.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

20.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

20.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

20.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

20.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

20.15. No caso de obras, cumpre, ainda, à FISCALIZAÇÃO:

20.15.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

20.15.2. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

20.15.3. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

20.15.4. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

20.15.5. aos depósitos do FGTS; e

20.15.6. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

20.15.7. solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma

vez em relação a um mesmo empregado;

20.15.8. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

20.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

20.16.1. Conferência diária do diário de obras da CONTRATADA;

20.16.2. Fiscalização diária do serviço, pela CONTRATANTE;

20.16.3. Relatório fotográfico;

20.16.4. Acompanhar a atualização do "*as built*".

20.17. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

20.18. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste termo de referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

20.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

20.20. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **21. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

21.1. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo das ordens de serviços nos termos abaixo:

21.2. Ao final de cada ordem de serviço, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

21.3. A ordem de serviço será considerada efetivamente concluída quando todos os serviços previstos estiverem executados em sua totalidade.

21.4. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

21.5. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

21.5.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

21.5.1.1. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

21.5.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

21.5.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

21.6. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

21.6.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários,

devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

21.6.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

21.6.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

21.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, a fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

21.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

21.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

21.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

21.8. O recebimento da ordem de serviço será realizada da seguinte forma:

21.8.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado;

21.8.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

21.8.3. O prazo para recebimento definitivo será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório;

21.8.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

21.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

21.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1. O pagamento será feito sempre em razão do regime de execução adotado no edital.

22.2. Por tratar-se de caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário, o pagamento será feito de acordo com a quantidade de unidades de serviço efetivamente executadas.

22.3. O pagamento do item “Administração da Obra”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 - Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira de cada ordem de serviço.

22.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de acordo com as exigências administrativa em vigor.

22.5. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este termo de referência.

22.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

22.6.1. o prazo de validade;

22.6.2. a data da emissão;

22.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante (entre eles: nome do objeto, nº do contrato e nº do empenho);

22.6.4. o período de prestação dos serviços;

22.6.5. o valor a pagar;

- 22.6.6. os dados bancários para pagamento; e
- 22.6.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal).
- 22.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 22.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 22.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 22.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 22.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 22.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 22.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 22.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 22.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 22.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 22.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

## **23. REAJUSTE**

- 23.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 23.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 23.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 23.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 23.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 23.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 23.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 23.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

23.10. Na necessidade de Revisão e Equilíbrio Econômico-Financeiro, caso os preços unitários de insumos ou serviços constantes da tabela SINAPI (ou outra tabela de referência adotada) apresentem defasagem estrutural que inviabilize a execução do objeto nas condições de mercado locais, a CONTRATADA poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (revisão), nos termos do Art. 175 do RLCE 2.0.

23.10.1. O pedido de revisão deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, acompanhada de, no mínimo, 03 (três) cotações de preços de diferentes fornecedores, preferencialmente sediados na região da execução.

23.10.1.1. Excepcionalmente, na inviabilidade devidamente justificada de obtenção de cotações locais, serão admitidas pesquisas em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora do acesso.

23.10.2. A documentação será analisada tecnicamente pela Fiscalização (Emissão de parecer técnico) e pela equipe de gestão (Decisão Final Superintendência/Gerência), que se manifestarão sobre a pertinência do pleito. Caso confirmada a desatualização do preço de referência e o efetivo desequilíbrio, a atualização dos preços unitários dependerá de parecer da Consultoria Jurídica e será formalizada obrigatoriamente por meio de Termo Aditivo, conforme exige o Art. 171, VI e Art. 172, § 1º do RLCE 2.0.

23.10.3. O valor revisado terá como base o menor orçamento obtido na pesquisa de mercado, sobre o qual incidirá o percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e os Encargos Sociais previstos na proposta original da CONTRATADA.

## 24. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

24.1. Não será exigida garantia de execução contratual. A não exigência de garantia é justificada, uma vez que a contratação em questão apresenta baixos riscos para a Administração e pela natureza do objeto, que consiste na execução de serviços sob demanda.

## 25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a contratante poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

25.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

25.1.2. **Multa de:**

25.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre valor da ordem de serviço em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação da, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

25.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviço, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

25.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da ordem de serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

25.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

25.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

25.1.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

25.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

25.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

25.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

25.3.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

25.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2, sendo a tabela 1 utilizada também como referência para o item 11 (Obrigações da Contratada) deste termo de referência:

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da ordem de serviço
2	0,4% ao dia sobre o valor da ordem de serviço
3	0,8% ao dia sobre o valor da ordem de serviço
4	1,6% ao dia sobre o valor da ordem de serviço
5	3,2% ao dia sobre o valor da ordem de serviço

Tabela 4

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços da ordem de serviço por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregado do serviço durante expediente, sem anuência prévia da contratante, por empregado e por dia;	3
6	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenta às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nessa tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital;	3
11	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada.	1
12	Deixar de apresentar, no prazo estabelecido, documentos de execução solicitados pela fiscalização, tais como planejamento semanal, cronograma de atividades, programação de fases ou atualizações, por ocorrência	3

25.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

25.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

25.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

25.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

25.5.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.5.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

25.5.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

25.5.8. não mantiver a proposta;

25.5.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

25.5.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração

25.6. O atraso injustificado na execução das ordens de serviço sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

25.6.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Ebserh a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

25.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

25.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

25.9. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

25.9.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

## **26. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

26.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

26.2. A contratação, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta via licitação na modalidade Pregão na forma eletrônica, regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH de 28 de abril de 2022.

26.2.1. O critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO GLOBAL, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

26.2.1.1. Visando a evitar jogo de planilha, os valores unitários que irão compor o dimensionamento da proposta do fornecedor não podem ultrapassar a estimativa da Administração com referência na Tabela SINAPI. O detalhamento dos valores está contido no Anexo I - Planilha de Serviços.

26.2.2. O modo de disputa será o ABERTO.

26.2.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,20%.

### **26.3. Da proposta**

26.4. Na planilha da proposta deverá ser apresentados valores com BDI e sem BDI, conforme modelo sugestivo do Anexo VI.

26.5. Sobre os valores das despesas diretas deverão incidir o BDI (Bonificação de Despesas Indiretas), que deverá ser discriminado na proposta.

26.6. O preço deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste Termo de Referência.

26.7. Na planilha da proposta deverá ser apresentados valores em separados para mão de obra e materiais.

26.8. A proposta de preço a ser apresentada pelos licitantes deve estar acompanhada dos documentos a seguir relacionados:

26.8.1. Orçamento Sintético;

26.8.2. Orçamento analítico, que atenda aos requisitos usuais para serviços de engenharia;

26.8.3. Composição das taxas de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, inclusive o diferenciado; e

26.9. As planilhas de orçamento propostas pelas licitantes deverão ser entregues tanto por escrito quanto em arquivo eletrônico Microsoft Excel editável.

### **26.10. Critérios de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

26.10.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

26.10.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão

previstos no Edital.

26.10.3. Declaração de que o licitante possui, ou se compromete a instalar, escritório na cidade do local de prestação dos serviços, ou em município situado a, no máximo, 350 km deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de início da vigência do contrato.

26.11. **Critérios de Habilitação Técnica - Operacional e Habilitação Técnica - Profissional**

26.11.1. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação dos documentos elencados neste subitem.

26.11.2. As qualificações técnicas exigidas para habilitação estão na tabela abaixo:

Tabela 5

GRUPOS DE SERVIÇO	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO -OPERACIONAL	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO - PROFISSIONAL
SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	<p>I - Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos regulamentadores de suas atividades.</p> <p>II - Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por empresa pública ou privada, devidamente registrado(s) no Conselho Regional competente, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços, e que comprovem expressamente que executou obras ou reformas de edificações em quantidade mínima de 200 m².</p> <p>Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 100 m².</p>	<p>I - Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT relativo à execução dos serviços de no mínimo, 200 m² de reformas de edificações.</p> <p>Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 100 m².</p> <p>II - Comprovação do vínculo profissional entre a empresa proponente e o responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta, que pode ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde</p>

		<p>que acompanhada de declaração de anuência do profissional (Acórdão nº 1450/2022-Plenário; Acórdão nº 872/2016-Plenário).</p> <p>III - Certidão de Registro de Pessoa Física expedida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada.</p>
SERVIÇOS ELÉTRICOS	<p>I - Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em plena validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos regulamentadores de suas atividades.</p> <p>II - Atestado(s) de Capacitação Técnica fornecido por entidade pública ou privada do profissional responsável técnico indicado para o objeto licitado (serviços em instalações de baixa tensão) dentro de suas atribuições, comprovando execução de serviços de baixa tensão de no mínimo 200 m².</p> <p>Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 100 m².</p>	<p>I - Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA do engenheiro eletricitista responsável, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativo à execução de serviços de baixa tensão de no mínimo 200 m².</p> <p>Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, desde que cada atestado comprove, no mínimo, 100 m².</p> <p>II - Comprovação do vínculo profissional entre a empresa proponente e o responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta, que pode ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada</p>

		de declaração de anuência do profissional (Acórdão nº 1450/2022-Plenário; Acórdão nº 872/2016-Plenário).
		III - Certidão de Registro de Pessoa Física, emitida pelo CREA do engenheiro eletricista na condição de responsável técnico, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada.

26.12. O (s) Atestado (s) ou Certidão (ões) deverá (ão) contar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- c) Nome da empresa prestadora do(s) serviço(s);
- d) Data de emissão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

26.12.1. A Capacidade Técnica mencionada acima poderá ser fracionada em até dois atestados.

26.12.2. No decorrer da execução do objeto o responsável técnico indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

26.13. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

26.14. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

26.15. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

26.16. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos da contratação sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e no Edital.

26.17. Deverá ser apresentado Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria em que conste, alternativamente, que conhece as condições do locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. Os modelos de atestados de vistoria ou de dispensa de vistoria estão como anexos deste Termos de Referência.

26.18. A exigência de quantitativo mínimo relativo à execução dos serviços nos requisitos de qualificação técnico-profissional visa a garantir a boa performance técnica do serviços prestado.

## 27. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

27.1. O valor estimado do objeto licitatório será publico.

27.2. O preço na proposta deverá prever todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste Termo de Referência. O valor estimado do objeto foi obtido com base na planilha de descrição e quantitativo anexa.

27.3. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o artigo 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

## 28. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

28.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- a) Gestão/Unidade: 26443/155908
- b) Fonte de Recursos: 1001A004QX
- c) Programa de Trabalho: 234204
- d) Elemento de Despesa: 33903916
- e) Plano Interno: UDM60000000

## 29. ANEXOS

29.1. Os seguintes anexos integram este termo de referência:

- 29.1.1. ANEXO I - PLANILHA DE SERVIÇOS
- 29.1.2. ANEXO II - TERMO DE VISTORIA
- 29.1.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - DISPENSA DE VISTORIA
- 29.1.4. ANEXO IV - MODELO ORDEM DE SERVIÇO
- 29.1.5. ANEXO V - IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
- 29.1.6. ANEXO VI - DETALHAMENTO DO BDI
- 29.1.7. ANEXO VII - MATRIZ DE RISCO
- 29.1.8. ANEXO VIII - CHECKLIST DE PREVENÇÃO DE INFECÇÃO HOSPITALAR
- 29.1.9. ANEXO IX - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
- 29.1.10. ANEXO X - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
- 29.1.11. ANEXO XI - NOTA TÉCNICA 05/2022
- 29.1.12. ANEXO XII - MEMORIAL DESCRITIVO HU-FURG
- 29.1.13. ANEXO XII - MANUAL DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR
- 29.1.14. ANEXO XIV - SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO PARA EMPRESAS - POP.DGP.055
- 29.1.15. ANEXO XV - PLANILHA DE SERVIÇOS EDITÁVEL

## 30. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

30.1. Segue para aprovação da Gerência Administrativa.

30.1.1. **Designação da Equipe:** Portaria-SEI 762/2025 (55831205), publicada no Boletim nº 550 de 8 de dezembro de 2025.

### **Equipe de Planejamento da Contratação**

*(assinado eletronicamente)*

**Vitor Wawrick**

Chefe do Setor de Infraestrutura Física  
Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação

*(assinado eletronicamente)*

**Alice Alonzo Steinmetz**

Engenheira Civil  
Setor de Infraestrutura Física  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação  
*(assinado eletronicamente)*

*(assinado eletronicamente)*

**Rodrigo Rodrigues da Silva**

Engenheiro de Produção  
Setor de Infraestrutura Física  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)  
**Raquel Ramos Silveira da Mota**  
Arquiteta  
Setor de Infraestrutura Física  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**Michel Anderson Valadao Troca**  
Analista Administrativo  
Unidade de Compras e Licitações  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

- 30.2. De acordo.
- 30.3. A contratação do serviço em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.
- 30.4. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

(assinado eletronicamente)  
**Tomás Dalcin**  
Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDERSON VALADAO TROCA, Analista Administrativo**, em 02/03/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALICE ALONZO STEINMETZ, Engenheiro(a) Civil**, em 02/03/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO RODRIGUES DA SILVA, Engenheiro(a) de Produção**, em 02/03/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Wawrick, Chefe de Setor**, em 02/03/2026, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Dalcin, Gerente**, em 02/03/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58472137** e o código CRC **2596AB06**.

**Referência:** Processo nº 23764.022938/2025-19 SEI nº 58472137